

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, acompanhadas das respectivas notas explicativas, pareceres dos Auditores Independentes e Conselhos, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações estão elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), determinações legais e legislação societária vigente.

**A Empresa**

**São Paulo Turismo S.A.** (SPTuris) está estabelecida no Parque Anhembi, a Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, às margens do Rio Tietê. Fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritário a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,6% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a São Paulo Turismo S.A. detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; c) O fornecimento e ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) A construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) A execução da política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) O licenciamento de marcas de sua titularidade; h) O apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) A concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) A exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) A prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

O **Anhembi Parque**, o maior e mais bem localizado complexo de eventos da América Latina, é composto por três grandes áreas para locação: O **Pavilhão de Exposições**, com 76.319m<sup>2</sup> de área para exposição, recebe as maiores e mais importantes feiras realizadas na América do Sul. O **Palácio das Convenções**, um complexo de salas moduláveis, auditórios e halls distribuídos em 35.997m<sup>2</sup>, destacando o **Auditório Ceiso Furtado**, com 2.553 lugares e o **Auditório Elis Regina**, com 799 lugares e 6.500m<sup>2</sup> de área de exposição. O **Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo**, "o Sambódromo", com mais de 100 mil m<sup>2</sup> para a realização de eventos, compreendendo a **Arena Anhembi** com 22.936m<sup>2</sup> e capacidade para 30 mil pessoas, **10 setores com módulos de arquibancadas**, infraestrutura de camarotes, sanitários, bares e pista de desfile (**Passarela Adoniran Barbosa**), a **Nova Arena Anhembi**, com 14.095m<sup>2</sup> e capacidade para 24 mil pessoas e o novo e moderno **Espaço Anhembi**, com área total de mais de 10.000m<sup>2</sup>, ambientes amplos divididos em dois pisos, capacidade para 3.200 pessoas somente na área interna, com flexibilidade para a pista e arquibancada, comportando até 18.000 pessoas.

O **Autódromo José Carlos Pace**, conhecido como **Autódromo de Interlagos**, é administrado pela São Paulo Turismo desde 2005, decorrente do Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito nº 3.711, da PMSP. Nesse complexo, temos a **Pista Principal**, que recebe os diversos eventos automobilísticos, entre os quais, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, hoje o único do circuito da Fórmula 1 na América do Sul, o **Kartódromo Ayrton Senna** e **Diversos Espaços Livres** que recebem shows musicais e outros eventos.

**Projetos de investimentos:**

**Arena Indoor**

Em janeiro de 2015 a São Paulo Turismo lançou chamamento público para receber projetos de empresas interessadas em construir o novo espaço "Arena Indoor" nas dependências do Anhembi. Como características, destacam-se o terreno com 21 mil m<sup>2</sup> localizado ao lado do Sambódromo, a capacidade para 20 mil pessoas e a

infraestrutura interna adequada para múltiplas configurações de uso com padrão internacional. Será viabilizado em parceria com a iniciativa privada.

**Alguns indicadores do turismo paulistano (fonte: Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo):**

Arrecadação ISS (R\$ mi)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2015	23,5	21,8	19,7	28,0	22,3	25,1	22,9	21,7	22,5	22,8	24,0	22,2	273,5
2014	22,2	17,7	21,5	22,8	22,6	25,6	21,3	22,3	22,9	23,8	23,4	24,7	270,8

**Ocupação Hoteleira (%)**

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
2015	50,38	52,65	66,10	61,23	66,62	66,41	59,14	71,01	62,89	62,94	66,73	50,90	61,41
2014	50,75	62,98	63,96	66,58	75,00	61,14	63,10	69,92	69,07	63,00	71,13	49,05	63,81

**Valor da Diária Média (R\$)**

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2015	288,87	326,51	320,48	312,87	322,93	323,84	318,31	325,27	319,02	316,69	323,99	302,22	316,72
2014	307,97	311,21	324,99	338,04	313,53	398,18	361,04	325,53	325,91	312,39	334,24	279,56	327,72

Estudo do Observatório do Turismo, núcleo de pesquisas da SPTuris, mostra crescimento de 1,01% na arrecadação de ISS do turismo (Imposto sobre Serviços do Grupo 13) em 2015 ante o ano anterior. Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, o índice partiu de R\$87 milhões em 2005, atingiu R\$271 milhões em 2014 e bateu R\$273 milhões em 2015. Apesar da variação tímida, o resultado é positivo à luz do ambiente recessivo verificado em 2015 que provoca redução da arrecadação.

**ANÁLISE DOS RESULTADOS - R\$ milhões**

	2013	2014	2015
Receita Líquida	181,1	195,6	194,6
Despesas Operacionais	(180,3)	(185,4)	(206,1)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	0,8	10,2	(11,5)
Resultado do Exercício	0,4	5,1	(13,7)

**EBITDA**  
(Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional obtida pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

Ainda que o EBITDA não expresse, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil e nos Estados Unidos, uma medida do fluxo de caixa operacional, é aqui utilizado como indicador para medir nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que alguns investidores e analistas financeiros o utilizam com a finalidade de avaliar a eficiência e a produtividade da empresa.

**Reconciliação EBITDA - R\$ milhões**

	2013	2014	2015
Lucro (Prejuízo) Líquido	0,4	5,1	(13,8)
(+) IR, CSLL	1,0	-	0,7
(+) Despesa Financeira Líquida	(0,6)	5,0	1,5
(+) Depreciações e Amortizações	7,0	6,7	7,3
(+) Provisões	-	-	14,7
EBITDA	7,8	16,8	10,4

**VALOR ADICIONADO**

A SPTuris evidencia a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante o ano de 2015 como parte de suas demonstrações contábeis na Demonstração de Valor Adicionado.

O valor adicionado em 2015 totalizou R\$ 94.025 mil. Desse montante, R\$ 37.912 mil equivalente a 17,5% das receitas obtidas e 40,3% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

**Distribuição do Valor Adicionado:**

- Remuneração do Trabalho = 73,0%
- Remuneração do Governo = 40,3%
- Remuneração de Terceiros = 1,3%
- Prejuízo da Empresa = (14,6%)

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 os Auditores Independentes, Bazzaneze Auditores Independentes S.S, prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Diretoria da Companhia está atenta às mudanças nas condições de mercado e no ambiente econômico. Adotamos postura austera na gestão financeira, buscando ampliar a produtividade e viabilizar importantes projetos de investimentos. Estamos empenhados no aprimoramento das práticas de governança, aumentando a transparência e a auditoria e os controles internos. Nosso propósito é reduzir incertezas e propiciar condições para melhor *valuation* da SPTuris.

Agradecemos a nossos clientes e fornecedores, pela confiança depositada, aos nossos acionistas, especialmente a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, pela parceria e apoio recebidos, aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 17 de março de 2016.

**Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(em milhares de reais)

Ativo	2014			Passivo e patrimônio líquido	2014		
	2015	Reapresentado	2014		2015	Reapresentado	2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes caixa (Nota 5)	31.177	37.730	37.730	Fornecedores	17.086	14.728	14.728
Contas a receber de clientes (Nota 6)	36.545	72.950	21.008	Obrigações trabalhistas (Nota 9)	6.804	7.985	7.985
Almoxarifado	687	516	516	Obrigações tributárias (Nota 11)	6.017	5.475	5.475
Outros valores a receber (Nota 7)	4.527	5.060	5.060	Cessões de áreas a realizar (Nota 12)	45.318	79.621	45.711
Despesas antecipadas	58	721	721	Outras exigibilidades (Nota 13)	7.149	9.322	9.322
	72.994	116.977	65.035		<b>82.374</b>	<b>117.131</b>	<b>83.221</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Acordo PMS/INSS (Nota 10)	5.692	45.410	45.410
Contas a receber de clientes (Nota 6)	47.546	155.640	-	Obrigações tributárias (Nota 11)	65.935	64.412	64.412
Depósitos judiciais	5.272	4.655	4.655	Cessões de áreas a realizar (Nota 14)	55.632	173.672	-
	52.818	160.295	4.655	Provisões para contingências (Nota 15)	12.894	4.094	4.094
Imobilizado (Nota 8)	237.367	241.983	241.983	Receita diferida - ISS/IPTU (Nota 16)	24.601	26.179	26.179
Intangível	87	102	102		<b>164.754</b>	<b>313.767</b>	<b>140.095</b>
	290.272	402.380	246.740	<b>Patrimônio Líquido</b>			
				Capital social (Nota 17)	149.199	149.199	149.199
				Adiantamento para futuro aumento de Capital	1	1	1
				Reserva de reavaliação	121.262	122.241	122.241
				Prejuízos acumulados	(154.324)	(182.982)	(182.982)
					<b>116.138</b>	<b>88.459</b>	<b>88.459</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>363.266</b>	<b>519.357</b>	<b>311.775</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>363.266</b>	<b>519.357</b>	<b>311.775</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>131.790</b>	<b>17.409</b>	<b>123.220</b>	<b>(189.105)</b>	<b>83.314</b>
Aumento de capital	17.409	(17.408)	-	-	1
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	(309)	-
Lucro do Exercício	-	-	-	5.144	5.144
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>149.199</b>	<b>1</b>	<b>122.241</b>	<b>(182.982)</b>	<b>88.459</b>
Compensação de créditos com a sócia majoritária PMSP	-	-	-	39.902	39.902
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.288)	1.288	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	309	1.237	1.546
Prejuízo do exercício	-	-	-	(13.769)	(13.769)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>149.199</b>	<b>1</b>	<b>121.262</b>	<b>(154.324)</b>	<b>116.138</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

continua -\*

\* continuação



## São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 62.002.886/0001-60



### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Receita Operacional (Nota 18)</b>	<b>195.422</b>	<b>197.555</b>
Deduções da receita operacional	(843)	(1.969)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>194.579</b>	<b>195.586</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		
Despesas administrativas (Nota 19)	(203.396)	(182.078)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.743)	(3.342)
	(206.139)	(185.420)
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(11.560)</b>	<b>10.166</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		
Receitas/despesas financeiras, líquidas	(1.487)	(5.022)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(13.047)</b>	<b>5.144</b>
Imposto de renda e contribuição social	(722)	—
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(13.769)</b>	<b>5.144</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (Em reais)</b>	<b>(2,66)</b>	<b>0,99</b>

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(13.769)</b>	<b>5.144</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
Realização da reserva de reavaliação	1.288	1.288
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	(309)	(309)
	979	979
<b>Resultado Abrangente do Período, Líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(12.790)</b>	<b>6.123</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(13.769)</b>	<b>5.144</b>
<b>Ajustes - Itens que não Afetam o Caixa:</b>		
Depreciação e amortização	7.297	6.697
Juros e variações monetárias	1.707	2.812
Receita diferida realizada	(1.578)	(1.335)
Provisões para contingências	8.800	752
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>		
Clientes	16.954	(6.008)
Almoxarifado	(171)	(313)
Despesas antecipadas	663	(28)
Outros ativos	(84)	(1.788)
Fornecedores	2.358	(4.365)
Obrigações tributárias	2.088	1.587
Obrigações trabalhistas	(1.181)	622
Adiantamentos de clientes	(24.798)	(142)
Outros passivos	(2.173)	6.649
	<b>(3.887)</b>	<b>10.284</b>
<b>Caixa Aplicado nas Operações</b>		
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
(Aquisição)/baixa de ativo imobilizado e intangível	(2.666)	(1.789)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(2.666)</b>	<b>(1.789)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Integralização de adiantamento de capital	—	(17.408)
Adiantamento para aumento de capital	—	17.409
<b>Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>—</b>	<b>1</b>
<b>Aumento (Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(6.553)</b>	<b>8.496</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>37.730</b>	<b>29.234</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa em no Final do Exercício</b>	<b>31.177</b>	<b>37.730</b>
	<b>(6.553)</b>	<b>8.496</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
<b>1 Receitas</b>			<b>7 Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)</b>	<b>94.025</b>	<b>110.227</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	215.399	216.919	<b>8 Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Outras receitas	4.553	3.355	<b>8.1 Remuneração do trabalho</b>	68.656	66.296
Receitas canceladas	(843)	(227)	<b>8.2 Remuneração de governos</b>		
Reversão (constituição) de provisão para devedores duvidosos	(2.555)	2.006	<b>8.2.1 Federal</b>	26.426	23.875
	<b>216.554</b>	<b>222.053</b>	<b>8.2.2 Municipal</b>	11.486	13.241
				<b>37.912</b>	<b>37.116</b>
<b>2 Insumos Adquiridos de Terceiros</b>			<b>8.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>106.568</b>	<b>103.412</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(121.303)	(110.282)	<b>8.3.1 Juros e aluguéis</b>	1.226	1.671
<b>3 Valor Adicionado Bruto (1 - 2)</b>	<b>95.251</b>	<b>111.771</b>	<b>8.3.2 Lucros retidos, (prejuízos) do exercício</b>	(13.769)	5.144
<b>4 Retenções</b>				<b>(12.543)</b>	<b>6.815</b>
Depreciação e amortização	(7.297)	(6.697)	<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>94.025</b>	<b>110.227</b>
<b>5 Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa (3 - 4)</b>	<b>87.954</b>	<b>105.074</b>			
<b>6 Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>					
Receitas financeiras	6.071	5.153			

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer. A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 17 de março de 2016, da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

#### 2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R2).

#### 2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação aqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2014.

**a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e empréstimos, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo C.P.C. nº 12 ("Ajuste Valor Presente").

**b) Estimativas contábeis** - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

**c) Instrumentos financeiros** - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos

na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2015 e 2014, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

**d) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

**e) Contas a receber de clientes** - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. A provisão para perdas na realização de créditos foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

**f) Almoxarifado** - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

**g) Imobilizado** - O imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data-base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas. A depreciação é calculada pelo método linear, divulgada na nota explicativa nº 8, com taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;

**h) Intangível** - Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R1);

**i) Cessões de áreas a realizar** - A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos. Até o exercício encerrado em 31/12/2014, os valores apresentados sempre foram os efetivamente recebidos em espécie, sendo contabilizado sob o título de adiantamentos de clientes. No entanto, a empresa verificou que o volume de operações de contratos de cessões de áreas não tem sido divulgado segundo seu real potencial de geração de receitas futuras. Com este objetivo, a partir do ano de 2015, os valores relativos aos contratos de cessões de áreas do complexo estão sendo apresentados considerando, além dos valores efetivamente recebidos, também os valores a receber. Esta mudança de política contábil não trouxe quaisquer mudanças no reconhecimento dos resultados e nos fluxos de caixa realizados;

**j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante** - São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;

**k) Passivo circulante e passivo não circulante** - São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;

**l) Provisão para Contingências** - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

**m) Reserva de reavaliação** - Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

#### 4. MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL

Até o exercício encerrado em 31/12/2014, não eram registrados na rubrica Clientes os contratos de cessões de áreas do complexo que ainda não haviam sido realizados. No entanto, tendo em vista que os contratos desta espécie representam um grande volume das operações, a partir de 2015, estão sendo reconhecidos nas contas de clientes, em contrapartida à conta de passivo de eventos a realizar. Esta mudança de política contábil não trouxe quaisquer mudanças no reconhecimento dos resultados e nos fluxos de caixa realizados;

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	2015	2014
Caixa	32	32
Bancos	2.474	3.839
Aplicações financeiras	28.671	33.859
	<b>31.177</b>	<b>37.730</b>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2015	Reapresentado	2014
Clientes no País	77.938	214.382	6.800
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	12.381	17.880	17.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.228)	(3.672)	(3.672)
	84.091	228.590	21.008
(-) Longo prazo	(47.546)	(155.640)	—
	<b>36.545</b>	<b>72.950</b>	<b>21.008</b>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Em observância ao Princípio Contábil da Prudência e ao item 18 do CPC 05 (R1), aprovada pela Deliberação CVM nº 642/10, a partir do segundo trimestre de 2015 passamos a constituir a provisão sobre os créditos perante as autarquias da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 31/12/2015 o saldo desta provisão correspondia a R\$ 3.284.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, até o exercício encerrado em 31/12/2014, não eram contabilizados na rubrica Clientes os contratos de cessões de áreas do complexo que ainda não haviam sido realizados. No entanto, tendo em vista que os contratos desta espécie representam um grande volume das operações, a partir de 2015, estão sendo reconhecidos nas contas de clientes. Nos casos em que as cessões ainda não tenham sido realizadas, terão como contrapartida conta do passivo de eventos a realizar. Esta mudança de política contábil, apesar dos valores relevantes que envolvem, não trouxe efeitos no resultado.

Os ajustes retrospectivos de 2014 são demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo de Contas a receber de clientes em 31/12/2014	21.008	—
Valores a receber de cessões de áreas não realizadas em 31/12/2014	207.582	—
Transferência para o Longo Prazo	(155.640)	155.640
Saldo de Contas a Receber em 31/12/2014	<b>72.950</b>	<b>155.640</b>

#### Risco de crédito

Em 31/12/2014, 76% do saldo total de recebíveis (curto e longo prazo) era proveniente de quatro clientes para locação de espaços do complexo. Em 31/12/2015, 45% do saldo total de recebíveis (curto e longo prazo) era proveniente de dois clientes, também para locação. Houve redução do saldo dos recebíveis do maior cliente em 31/12/2015, comparado ao saldo de 31/12/2014, no percentual de 68%, em razão da migração de seus eventos para espaços da concorrência.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	2015	Reapresentado	2014
A vencer	31.127	59.948	16.476
Vencidos até 30 dias	3.205	2.980	1.034
Vencidos de 31 a 60 dias	1.037	1.328	24
Vencidos de 61 a 90 dias	340	1.001	413
Vencidos de 91 a 120 dias	138	1.368	478
Vencidos acima de 120 dias	6.926	9.997	6.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.228)	(3.672)	(3.672)
	<b>36.545</b>	<b>72.950</b>	<b>21.008</b>

#### 7. OUTROS VALORES A RECEBER

	2015	2014
COFINS a compensar	10	756
PIS a compensar	—	198
IRPJ a compensar	234	1.065
CSLL a compensar	426	144
IRRF a compensar	3.339	2.308
INSS a compensar	—	18
Adiantamentos a funcionários	492	500
Outros créditos	26	1.984
Provisão devedores duvidosos	—	(1.913)
	<b>4.527</b>	<b>5.060</b>

O IRRF a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2015.

continua \*

\* continuação

**São Paulo**  
turismo  
www.spturis.com

## São Paulo Turismo S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 62.002.886/0001-60

**PREFEITURA DE SÃO PAULO**  
TURISMO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de Depreciação	Custo Atualizado	Depreciação Acumulada	Líquido	
				2015	2014
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2,00 a 10,00%	120.052	(28.454)	91.598	94.701
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.600)	2.688	2.866
Estacionamento	3,45%	10.914	(2.641)	8.273	8.743
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25,00%	3.009	(1.115)	1.894	2.017
Instalações	10%	12.891	(4.728)	8.163	8.254
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.583	(4.223)	2.360	2.219
Veículos	20%	1.205	(820)	385	517
Móveis e utensílios	10%	6.065	(5.234)	831	915
Outros ativos fixos	20% e 10%	699	(663)	36	40
Construções em andamento	-	16	-	16	588
		<u>286.845</u>	<u>(49.478)</u>	<u>237.367</u>	<u>241.983</u>

A movimentação do immobilizado está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	241.983	246.858
Adições		
Edifícios e Benfeitorias	3	-
Instalações, máquinas e equipamentos	2.098	638
Veículos	-	564
Móveis e utensílios	173	25
Outros ativos	2	1
Construções em andamento	362	548
Total das adições	2.638	1.776
Depreciações	(7.254)	(6.651)
Saldo no fim do exercício	<u>237.367</u>	<u>241.983</u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"  
Para a data-base de 31/08/2011, avaliadores externos emitiram laudo pelo qual os terrenos (266.808 m<sup>2</sup>) e benfeitorias (106.657 m<sup>2</sup>) foram avaliados em R\$ 312.772. Os valores apurados por ocasião da avaliação não foram contabilizados, pois havia o entendimento que a opção para contabilização de custo atribuído só poderia ser exercida na data da transição para as normas internacionais, data-base 01/01/2009.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico, CPC nº 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10 e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (NBC TG 01) (R1), os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa da Companhia para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização, corresponde à empresa como um todo. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, não identificou eventos ou mudanças de circunstâncias e concluiu que, em 31 de dezembro de 2015, não existiam evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Esclarecemos que não foi elaborado laudo por entidade independente para o ano de 2015, o qual depende da conclusão do processo licitatório para contratação de avaliadores do ativo imobilizado, que em razão de prerrogativas profissionais, não pode ser realizada internamente. No entanto, estamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Ao contrário, em nossos testes verificamos que esses itens estão contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

#### 9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2015	2014
Obrigações com pessoal	242	5
FGTS	287	436
INSS empresa	131	684
INSS retido	635	680
Provisão de férias	5.509	6.008
PIS a recolher	-	172
	<u>6.804</u>	<u>7.985</u>

#### 10. ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A uma percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

Em 19/06/2015, em assembleia geral, foi aprovada a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 39.902. Essa absorção se deu mediante débito à conta da acionista majoritária, a Prefeitura de São Paulo, com base no processo municipal nº 2013.0.367.885-0. O valor equivalia à dívida que a São Paulo Turismo S.A. possuía junto à PMSP. Ainda, segundo o referido processo administrativo, no transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 5.692 mil.

#### 11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2015	2014
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	8	294
Parcelamento IPTU/ISS	3.390	3.090
Receita Federal:		
• Cofins a recolher	733	791
• PIS a recolher	158	-
• Impostos retidos	1.728	1.300
• IRPJ a recolher	-	-
• CSLL a recolher	-	-
	<u>6.017</u>	<u>5.475</u>
Não circulante		
IPTU/ISS e respectivos parcelamentos	59.178	56.109
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.757	8.303
	<u>65.935</u>	<u>64.412</u>
	<u>71.952</u>	<u>69.887</u>

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2015 e 2014 foram pagos R\$ 2.931 e R\$ 2.903 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 114 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2015 era de R\$ 62.568.

#### 12. CESSÕES DE ÁREAS A REALIZAR (curto prazo)

	2015	2014
Pavilhão de Exposições	31.284	64.384
Palácio das Convenções	10.816	11.071
Pólo Cultural	1.452	3.932
Auditório Elis Regina	595	165
Autódromo de Interlagos	1.065	69
Contratos de mídia	106	-
	<u>45.318</u>	<u>79.621</u>

#### 13. OUTRAS EXIGIBILIDADES

	2015	2014
Carnaval a realizar	3.712	4.239
Obrigações com a PMSP	2.582	3.318
Recursos municipais e federais - fomento ao Turismo	69	430
Outras contas diversas	786	1.335
	<u>7.149</u>	<u>9.322</u>

#### 14. CESSÕES DE ÁREAS A REALIZAR (longo prazo)

Exercícios	2014	
	2015	Reapresentado
2016	-	35.475
2017	16.918	38.375
2018	14.698	33.323
2019	12.222	36.057
2020	11.794	30.442
	<u>55.632</u>	<u>173.672</u>

#### 15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31/12/2015 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	2015	
	Cíveis	Trabalhistas
Saldo no início do exercício	1.529	2.565
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	5.882	1.312
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	(202)	2.829
Valores baixados	(341)	(680)
Saldo no final do período	<u>6.868</u>	<u>6.026</u>

#### 16. RECEITA DIFERIDA - ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (artigo 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

#### 17. CAPITAL SOCIAL

	Quantidades em 31/12/2015		Valores		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2015	2014
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	149.457
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	<u>5.064.624</u>	<u>114.095</u>	<u>5.178.719</u>	<u>149.199</u>	<u>149.199</u>

A empresa contava com 3.546 acionistas em 31/12/2015. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. O último preço cotado indicado no site [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br), na consulta ao link "Cotação Rápida", era de R\$ 15,00 para as ações ordinárias em 05/08/2015, R\$ 20,01 para as ações preferenciais "A" em 07/01/2014 e R\$ 10,00 para as ações preferenciais "B" em 22/09/2015.

**18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) - PADRÃO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE**  
A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999 - RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	2015	2014
Receita Operacional Bruta	216.212	218.767
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(20.790)	(21.212)
	<u>195.422</u>	<u>197.555</u>
Deduções da receita bruta	(843)	(1.969)
Receita Operacional Líquida	<u>194.579</u>	<u>195.586</u>

#### 19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	2015	2014
Remunerações, encargos e benefícios	78.080	77.582
Prestadores de serviços	59.333	61.654
Ocupação e manutenção	34.763	31.456
Publicidade	1.890	6.847
Provisões	14.693	(7.112)
Impostos e taxas	5.450	4.912
Utilidades e tarifas públicas	9.187	6.739
	<u>203.396</u>	<u>182.078</u>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

#### 20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 3.254 (R\$ 2.857 em 2014). Como pessoal-chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

#### 21. SEGUROS (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2015	2014
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	94.400	94.750
	Casco, Terceiros, Valores de Responsabilidade Civil	mercado	mercado

#### 22. ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA MP Nº 627, DE 2013, CONVERTIDA NA LEI 12.973 EM 13/05/2014.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627, de 2013 foi convertida na Lei 12.973 e as novas regras tributárias estabelecidas pela referida Lei serão obrigatórias a partir de 01/01/2015. Com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, a São Paulo Turismo S/A, de forma irrevogável e irretroativa, de acordo com as disposições dos artigos 1º e 2º e 4º a 7º desta Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014.

#### 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 17 de março de 2016, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis. Em janeiro de 2016 foram canceladas cessões de áreas a realizar no longo prazo no montante de R\$ 5.643. Como medida de contenção de despesas, a empresa implantou um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que objetivava o desligamento de 140 funcionários, distribuídos entre aposentados, cargos em vacância e cargos específicos. Aderiram ao Plano, 35 colaboradores. A economia anual na folha de pagamentos será superior a R\$ 4 milhões. A Companhia esperava economizar R\$ 12 milhões por ano.

Também como medida de redução de despesas de custeio, em 05/12/2015 a PMSP publicou o Decreto nº 56.688, objetivando aumentar a capacidade de investimentos do Município, no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta. Neste sentido, até 17/03/2016 promovemos a redução dos contratos no montante de R\$ 4.331 mil (até o vencimento de cada contrato), que equivale a um decréscimo de 16,72% em relação ao saldo residual, em 31/12/2015, dos contratos em vigor.

#### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	31.177	31.177
Contas a receber e clientes	84.091	84.091
Impostos a recuperar	4.009	4.009
Outras contas a receber	518	518
Fornecedores	(17.086)	(17.086)
Cessões a realizar	(100.950)	(100.950)
Obrigações tributárias	(71.952)	(71.952)

#### b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

**Disponibilidades**  
Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

#### Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

#### Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

#### Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

#### c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.

#### Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada uma constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos. Apesar da representatividade da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre a carteira de clientes, a Companhia apresentou uma aumento de 69,58% se comparado com o exercício de 2014

continua — \*



**São Paulo Turismo S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 62.002.886/0001-60



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**Risco de Liquidez**

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los.

**25. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA**

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no

pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos momentâneos entre receitas e despesas normalmente é suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução drástica dos custos e despesas operacionais e do sucesso das medidas de reestruturação operacional mencionadas no Relatório da Administração (Nova Arena e Novo Anhembi).

**26. AUTORIZAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Gilvan Cândido da Silva, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 17 de março de 2016.

**CONTADOR**

**KOITI KODAMA** - Contador - CRCCT nº 1SP150004/O-4

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Pelo presente instrumento os Diretores da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Bazzaneze Auditores Independentes S/S, datado de 17 de março de 2016, relativamente às demonstrações contábeis da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **SÃO PAULO TURISMO S.A.** relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 24 de março de 2016

**ALCINO REIS ROCHA** - Diretor-Presidente  
**ANTONIO DA SILVA PINTO** - Diretor de Responsabilidade Social  
**GILVAN CÂNDIDO DA SILVA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores  
**ITALO CARDOSO ARAUJO** - Diretor de Infraestrutura  
**JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA**  
Diretor Representante dos Empregados  
**OSWALDO NAPOLEÃO ALVES** - Diretor de Turismo e Eventos  
**TATIANA SILVA GIATTI** - Diretora de Marketing e Vendas

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2015, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Bazzaneze Auditores Independentes S/S, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2015, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 29 de março de 2016

**FÁBIO ALVES CORREIA**  
**MARCELO PIERANTOZZI GONÇALVES**  
**MARIO JORGE MURALHA**  
**PRISCILA CRISTINA PEREIRA CARDOSO SILVA**  
**SILAS FONSECA REDONDO FILHO**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, por seus membros abaixo assinados, em reunião, examinando o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, tendo em vista que já foi objeto de apreciação e deliberação pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, que as aprovaram, e em atendimento à legislação que rege a matéria, manifestou sua concordância e determinou o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 29 de março de 2016

**VALDIR SANT'ANNA** - Presidente do Conselho  
**ADELAIDE MARIA BEZERRA MAIA DE MORAES**  
**ADEMIR JOSÉ MORAIS MATA**  
**ALESSANDER DE PAULA SOARES**  
**ANGELINA FELICIO GRACIANO GAUNA**  
**DANILO PITARELLO RODRIGUES**  
**ELISANGELA ARAGÃO DE CARVALHO**  
**FLAVIA ROLIM DE ANDRADE**  
**MARILIA CAMARA DE ASSIS**  
**RENATA MARIANO DE MATOS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**lmos. Srs.**

**DIRETORES, CONSELHEIROS e ACIONISTAS da SÃO PAULO TURISMO S.A.**

São Paulo- SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da **SÃO PAULO TURISMO S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como, a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SÃO PAULO TURISMO S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangível durante o exercício de 2015 com o objetivo de identificar eventos ou mudanças das circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, não foi elaborado laudo por entidade independente para o exercício de 2015, quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo (análise de *impairment*), conforme regulamentado pela Deliberação CVM nº 639/10 e pela Resolução do CFC nº 1.292/10 (Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos"), o qual depende do estudo interno da viabilidade de inserção do serviço em processo de licitação. A ausência dessa análise constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e dessa forma não temos como avaliar a existência de possíveis perdas de ativos registrados com valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou alienação relativos ao ativo aplicável em 31 de dezembro de 2015. No entanto, testamos alguns itens relevantes do imobilizado, em especial terrenos, edifícios e benfeitorias, não verificando a ocorrência de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável e durante nossos testes observamos que esses itens podem estar contabilizados com valores inferiores aos de mercado.

**Outros assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório sem ressalvas datado de 17 de março de 2015, contendo ênfase semelhante à apresentada no parágrafo anterior e quanto à conversão da MP 627 de 2013 na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, que estabeleceu novas regras tributárias obrigatórias a partir de 01/01/2015, com a possibilidade de opção de aplicação antecipada a partir de 01/01/2014, sendo que a **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, de forma irrevogável e irretratável, de acordo com as disposições dos artigos 1º, 2º, 4º a 7º da referida Lei, adotou a aplicação para o ano-calendário de 2014.

**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de março de 2016

**BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC-PR Nº 3942/O-6

**EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA**

CONTADOR CRC-RS Nº 036023/O-2 T-PR

CNAI 389

**EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA**

CONTADOR CRC-PR Nº 057250/O-9 T-RJ

**KARINI LETÍCIA BAZZANEZE**

CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0

São Paulo, 17 de março de 2016

**BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

**Nobucopar Participações S.A.**

CNPJ: 10.423.547/0001-53

**Demonstrações Financeiras em Dezembro/2015 e 2014**

BALANÇO PATRIMONIAL		31/12/2015	31/12/2014	BALANÇO PATRIMONIAL		31/12/2015	31/12/2014	Demonstração do Resultado do Exercício		31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>		<b>2.066.216,68</b>	<b>2.175.326,71</b>	<b>Passivo</b>		<b>2.066.216,68</b>	<b>2.175.326,71</b>	<b>Receita Bruta</b>		<b>853.702,96</b>	<b>818.080,07</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>85.055,61</b>	<b>96.781,56</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>85.326,22</b>	<b>712.751,38</b>	Receita com Serviços		852.000,00	814.900,00
Disponibilidades		10.007,47	22.857,86	Fornecedores Nacionais		477,97	878,14	Outras Receitas Operacionais		1.702,96	3.180,07
Bancos Conta Movimento		50,00	29,70	Fornecedores Serviços Pessoa Jurídica		477,97	878,14	<b>(-) Deduções das Receitas</b>		<b>(31.098,00)</b>	<b>(29.743,88)</b>
Aplicações de Liquidez Imediata - FAF		9.957,47	22.828,16	Empréstimos e Financiamentos		54.200,00	665.000,00	PIS sobre Vendas		(5.538,00)	(29.743,88)
Direitos Realizáveis a Curto Prazo		71.800,00	72.400,00	Obrigações Trabalhistas		4.311,48	4.419,16	COFINS sobre Vendas		25.560,00	(29.743,88)
Clientes Diversos a Receber		71.000,00	71.000,00	Folha de Pagamento de Empregados		1.496,33	1.696,33	<b>(=) Resultado Operacional Bruto</b>		<b>822.604,96</b>	<b>788.336,19</b>
Empréstimos a receber		800,00	-	Folha de Pagamento de Dirigentes		701,32	644,36	<b>Resultado Operacional Líquido</b>		<b>822.604,96</b>	<b>788.336,19</b>
Adiantamentos		-	1.400,00	Encargos Sociais a Pagar		2.113,83	2.078,47	<b>Despesas Operacionais</b>		<b>235.013,20</b>	<b>218.761,47</b>
Despesas do Exercício Seguinte		3.248,14	1.523,70	Obrigações Tributárias		20.237,03	35.964,90	Despesas Trabalhistas		53.086,63	49.507,64
Seguros a Apropriar		3.248,14	1.523,70	Impostos Retidos a Recolher		321,77	278,90	Despesas com Encargos Sociais		20.146,14	19.064,68
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>1.981.161,07</b>	<b>2.078.545,15</b>	Impostos e Contribuições sobre Receitas		19.843,08	35.613,82	Honorários de Diretoria		9.456,00	8.688,01
Imobilizado		1.981.161,07	2.078.545,15	Taxas, Impostos e Contribuições		72,18	72,18	Despesas com Serviço de Terceiros		26.653,75	23.008,55
Bens e Direitos em Uso		689.490,00	689.490,00	Contas a Pagar		613,77	602,00	Despesas Financeiras		846,88	1.170,44
Bens Imóveis		1.574.653,00	1.574.653,00	Demais Contas a Pagar		613,77	602,00	Despesas Tributárias		17.989,40	12.740,19
(-) Depreciação Acumulada		(282.981,93)	(185.597,85)	Provisões sobre Folha de Pagamento		5.485,97	5.887,18	Despesas Gerais		106.834,40	104.581,96
<b>A DIRETORIA</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.980.890,46</b>	<b>1.462.575,33</b>	<b>Lucro Operacional Bruto</b>		<b>587.591,76</b>	<b>569.574,72</b>
				Capital Social		172.664,00	172.664,00	<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>588.068,46</b>	<b>569.881,16</b>
				Reservas de Lucros		1.289.911,33	752.702,75	(+) Despesas Indedutíveis		476,70	306,44
				Resultado do Exercício		518.315,13	537.208,58	(-) IRPJ		44.585,76	54.954,02
				Apuração do Resultado		518.315,13	537.208,58	(-) CSLL		24.690,87	28.338,72
								<b>Resultado não Operacional</b>		<b>-</b>	<b>50.926,60</b>
								Receita na Venda de Imobilizado		-	50.926,60
								<b>Lucro Operacional Líquido</b>		<b>518.315,13</b>	<b>537.208,58</b>

Jose Carlos de Oliveira Souza - Contabilista - CRC: 1SP130997/O-5

**LUA.NET S/A**

CNPJ: 18.865.829/0001-12

**Demonstrações Financeiras**

Balanço Patrimonial - dezembro-15		2015 - R\$		Demonstração de Resultado - dezembro-15 - R\$		2015	
<b>1 ATIVO</b>		<b>797.487,31</b>	<b>113.067,02</b>	<b>32.31.0 Receita Financeira</b>		<b>81.749,06</b>	<b>81.749,06</b>
<b>1.1 Ativo Circulante</b>		<b>797.487,31</b>	<b>113.067,02</b>	Receitas sobre Aplicações Financeiras/Outras receitas		81.749,06	81.749,06
Caixa e Bancos		80.661,05	9.251,28	<b>32.14.5 Despesas Tributárias</b>		<b>3.877,82</b>	<b>3.877,82</b>
Aplicações financeiras		639.561,58	65.796,06	Pis sobre receitas financeiras		298,28	298,28
Impostos a Compensar		21.557,48	1.126,05	Cofins sobre receitas Financeiras		1.711,51	1.711,51
Adiantamentos Diversos		55.707,20	36.893,63	Outras despesas tributárias		1.868,03	1.868,03
Despesas pagas Antecipadamente		-	-	<b>32.1 Despesas Administrativas</b>		<b>1.739.224,26</b>	<b>1.739.224,26</b>
<b>1.2 Ativo não Circulante</b>		<b>190.159,92</b>	<b>874.580,21</b>	Despesas com Pessoal		1.091.876,15	1.091.876,15
<b>1.2.1 Realizável Longo Prazo</b>		<b>190.159,92</b>	<b>874.580,21</b>	Serviços Profissionais (P.J.)		595.559,43	595.559,43
<b>1.2.2 Investimentos:</b> Investimentos		<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	Outras despesas administrativas		51.788,68	51.788,68
<b>1.2.3 Imobilizado:</b> Imobilizado, líquido		<b>140.159,92</b>	<b>(983.762,08)</b>	<b>32.30.5 Despesas Financeiras</b>		<b>869,70</b>	<b>869,70</b>
<b>1.2.4 Intangível</b>		<b>-</b>	<b>(1.676.522,71)</b>	Juros Passivos sobre empréstimos		75,60	75,60
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>987.647,23</b>	<b>987.647,23</b>	Outras despesas financeiras		794,10	794,10
				<b>32.14.0 Depreciações e Amortizações</b>		<b>14.299,99</b>	<b>14.299,99</b>
				<b>Resultado do Período, antes (IRPJ; CSLL)</b>		<b>(1.676.522,71)</b>	<b>(1.676.522,71)</b>
				<b>3 Resultado do Período Líquido</b>		<b>(1.676.522,71)</b>	<b>(1.676.522,71)</b>

Marcos Augusto de Moraes - Diretor  
Jair Cardoso de Sá - Contador - CRC - 1SP 108.117/O-6

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo importam em R\$ 987.647,23.  
São Paulo, 31 de Dezembro de 2015.